

Arquiteta, pesquisadora e militante: registros da trajetória política de Mayumi Watanabe de Souza Lima

Architect, researcher and activist: the political trajectory of Mayumi Watanabe de Souza Lima

Joana Mello de Carvalho e Silva

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design

da Universidade de São Paulo, Brasil

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5108-8186>

E-mail: joana-mello@usp.br

Vanessa Calazans da Rosa

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design

da Universidade de São Paulo, Brasil

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8027-309X>

E-mail: vanessacalazans@usp.br

Recepção: 29.04.2025

Aprovação: 01.11.2025



Resumo: Este artigo aborda a trajetória política da arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima, que resistiu às adversidades do regime militar, enquanto desempenhava seu trabalho como arquiteta, servidora pública e docente universitária. Buscamos compreender seu vínculo com debates políticos através da integração entre compromisso social e arquitetura, pensamento que a acompanhou desde os anos iniciais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo. O Golpe Militar de 1964 deu início a perseguição, que culminou na sua prisão junto com o marido, o arquiteto Sérgio Pereira de Souza Lima, promoveu interrupções e dificultou suas atividades profissionais, sobretudo a docência, mas sem inviabilizar a sua atuação em órgãos públicos, escritórios e empresas privadas. Com a redemocratização do país e o retorno da esperança de um futuro melhor, a arquiteta manteve suas convicções políticas e pôde desenvolver trabalhos na Prefeitura da cidade de São Paulo, sem nunca abandonar as atividades de pesquisa e docência.

Palavras-Chaves: arquitetura, política, serviço público, regime militar.

Abstract: This article examines the political path of the architect Mayumi Watanabe de Souza Lima, who resisted the adversities of the military regime while carrying out her work as an architect, public servant and university professor. We aim to understand her connection to political debates through the integration of social commitment and architecture, a mindset that had guided her since the early years of her undergraduate degree in Architecture and Urban Planning at the University of São Paulo. The 1964 military coup sparked a persecution that culminated in her arrest along with her husband, architect Sérgio Pereira de Souza Lima. It disrupted and hindered her professional activities, especially her teaching, but did not derail her work in public agencies, law firms, and private companies. With the re-democratization of the country and the return of hope for a better future, the architect maintained her political convictions and was able to work for the São Paulo City Hall, without ever abandoning her research and teaching duties.

Keywords: architecture, policy, public service, military regime.

INTRODUÇÃO

A trajetória de Mayumi Watanabe de Souza Lima foi marcada por violências políticas, étnico-raciais e de gênero que a atingiram desde cedo. Ela emigrou com a família para o Brasil com apenas 4 anos de idade em função da perseguição aos comunistas no Japão que atingiu seus pais, ativistas de organizações de esquerda articuladas no contexto da Segunda Guerra Mundial (Buitoni, 2009, p. 18-19).

Investigá-las além de reforçar análises já consolidadas, abre outros caminhos interpretativos e levanta novas questões sobre sua atuação e relações em contextos políticos e profissionais de crise. Para tanto, nos apoiamos em estudos que desde 2009 têm sido dedicados a ela e que recuperaram em detalhe a sua trajetória¹; em arquivos sistematizados dos relatórios desenvolvidos pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo²; em revistas especializadas que publicaram suas ideias sobre arquite-

¹ A dissertação de mestrado de Cássia Buitoni de 2009 foi o primeiro e mais completo trabalho sobre a trajetória profissional da arquiteta, com ênfase na sua dedicação ao tema da arquitetura e educação. A tese de Maribel Aliaga Fuentes de 2017 apresenta parte da formação de Mayumi como estudante de mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Neste trabalho, ao recuperar a história do curso de pós-graduação, a autora apresentou as primeiras dissertações defendidas no período de 1964-1965. Tanto em sua dissertação de 2012 quanto em sua tese de doutorado de 2020, Mirela Geiger recupera a atividade e dedicação de Watanabe no planejamento da rede escolar no estado de São Paulo, enquanto o primeiro trabalho se trata da história da produção realizada pelo Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE) de 1966 a 1976, o segundo apresenta a arquitetura escolar produzida pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP) que substituiu o primeiro órgão a partir de 1976 e funcionou até 1987.

² Os documentos estão digitalizados e disponíveis on-line nos sites do Arquivo Nacional do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da Universidade de São Paulo.

tura, política e educação³ e no acervo do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo (IAB/SP), entidade na qual se associou logo após a sua formatura.

IMAGEM 1 – MAYUMI WATANABE DE SOUZA LIMA EM 1993



Fonte: Revista A Construção em São Paulo, Ed. 2346, 1993, p. 12.

Assim, o artigo busca recuperar a trajetória de uma mulher que resistiu a governos autoritários e teve seu trabalho prejudicado pela história recente do mundo e do Brasil. Inicialmente, procuramos compreender os vínculos entre política e arquitetura construídos durante a graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Depois, retomamos o momento em que o Golpe Militar de 1964 representou uma ruptura na sua carreira profissional que estava começando no Distrito Federal. Então, recuperamos documentos que comprovam a perseguição sofrida pela arquiteta durante o regime, o momento da sua prisão junto com o marido, o arquiteto Sérgio Pereira de Souza Lima, os depoimentos prestados ao exército, bem como as possibilidades encontradas de dar continuidade à sua carreira profissional em São Paulo. Por último, a redemocratização do país e a esperança de um futuro melhor

³ Foram consultadas as revistas CJ Arquitetura, A Construção São Paulo e Jornal do Arquiteto.

possibilitou que Mayumi desempenhasse trabalhos importantes na cidade de São Paulo, sem nunca abandonar uma reflexão crítica para produzir uma arquitetura e cidade mais justa em todos esses momentos.

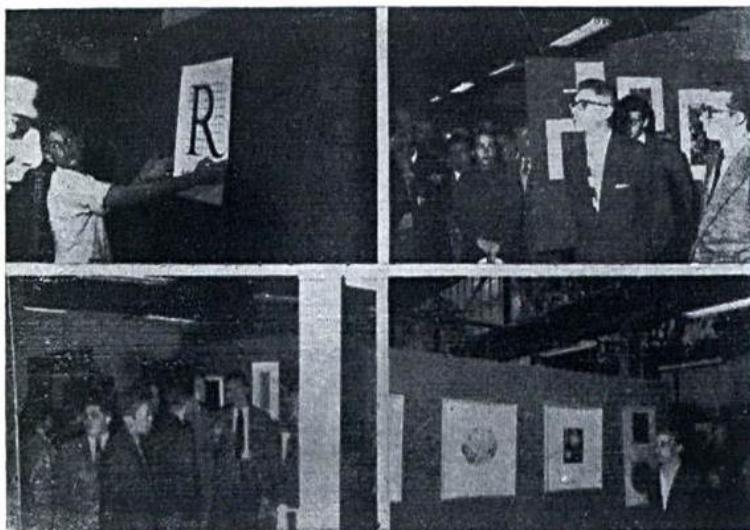
ANOS DE FORMAÇÃO

O ingresso de Mayumi Watanabe na FAU-USP, em 1956, aos 22 anos, coincidiu com a sua naturalização. A atitude parece marcar uma escolha, fruto de estratégias comuns entre imigrantes de inserção social disponíveis naquele momento (Truzzi, 2011) que deixam para trás a possibilidade de retornar ao Japão. Isso, contudo, não significou a abdicação das suas origens, ao contrário. Tanto do ponto de vista étnico, quanto familiar, Mayumi seguiu cultivando o interesse pela cultura japonesa, pelo desenho e pela política, apreendidos com o pai — o jornalista e cartunista, colaborador da revista marxista *Bandeira Vermelha*, Minoru Watanabe — e a mãe — trabalhadora do teatro do Grupo de Arte Proletária, Yuri Watanabe (Buitoni, 2009, p. 18-19). A entrada na faculdade foi acompanhada pela integração na publicação do Grêmio Estudantil (GFAU), *Estudos*, inclusive como diretora entre 1956-1957. No mesmo ano de ingresso, ela participou de outra iniciativa do GFAU, a exposição “Artistas de Domingo”⁴, revelando a sua precoce desenvoltura naquele ambiente universitário, provavelmente cultivada na família de pais ativistas e integrantes de um mundo cultural e intelectual. O seu engajamento político também se manifestou logo, sendo reforçado pela decisão de frequentar, no primeiro ano da sua graduação, o curso de “Introdução às Ciências Sociais” na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Lima, 1995; Buitoni, 2009).

Como muitos de sua geração, concomitantemente às atividades de ensino, Mayumi começou a trabalhar cedo, já no segundo ano da faculdade, estagiando em escritórios de arquitetura de docentes da FAU-USP, figuras já consagradas do campo profissional. Com João Vilanova Artigas ela trabalhou de agosto de 1958 a maio de 1960, ao mesmo tempo em que atendeu ao escritório de Joaquim Guedes de novembro de 1959 a julho de 1961, e ao de Lina Bo Bardi, onde trabalhava o colega de faculdade, Flávio Império (Buitoni, 2009, p. 20).

⁴ Participaram da exposição ao lado de Mayumi, Henrique Pait, João Carlos Cauduro, Ruy Ohtake, Odiléa Setti, Abrahão Sanovicz, Flávio Império, Sérgio Zaratin, Ludovico Martino, Geraldo Vespaíziano Puntoni e João Xavier.

IMAGEM 2 – MONTAGEM DOS PAINEIS DA EXPOSIÇÃO DOS “ARTISTAS DE DOMINGO”



Em cima, à esquerda: Montagem do painel; à direita: O presidente da comissão inaugura a mostra. Em baixo, à esquerda: Os estudantes visitam a mostra e discutem; à direita: Savério Castellano, com as suas águas fortes.

Fonte: Revista Habitat, Ed. 34, 1956, p. 57.

A passagem por escritórios de arquitetos tão diversos, tanto do ponto de vista político, quanto disciplinar, levanta questões interessantes de serem investigadas sobre, de um lado, a independência da arquiteta e a não filiação em grupos restritos, por outro, a circulação entre saberes e projetos, e, por fim, a proximidade entre eles estabelecidas naquele momento de afirmação do campo e as diferenças estabelecidas anos depois, já sob o regime militar, quando as controversas e rupturas se aprofundaram. De todo modo, o que interessa frisar no momento, é que a prática de trabalhar durante a graduação não era apenas uma tradição do campo, cuja formação se completava nos ateliês-escritórios de projeto (Silva, 2010), mas uma necessidade que era comentada pelo colega Julio Katinsky em parecer apresentado no “Seminário de Ensino” (1956). No texto, o então estudante e também membro do GFAU, afirmava que “a condição econômica dos alunos [...] não era a mesma dos anos iniciais do ensino de arquitetura na Escola Politécnica da USP”, a maioria deles membros da elite paulistana. Do seu ponto de vista, os alunos da década de 1950 não seriam tão privilegiados e necessitavam de dinheiro para manter suas famílias (Vidotto, 2014, p. 156), o que resultava em uma outra relação com a formação. Por isso,

a mudança, argumentava Katinsky, deveria ser levada em conta na discussão sobre a revisão do ensino na FAU-USP em curso.

De fato, os anos em que Mayumi frequentou a faculdade foram atravessados por um debate intenso sobre a inadequação da formação em arquitetura e urbanismo frente aos desafios contemporâneos que envolviam desde a mudança no perfil dos estudantes até a especificidade e ampliação da atividade profissional, frente à engenharia e às artes, em um momento de intensificação da industrialização no país com o desenvolvimento de novas tecnologias no âmbito da construção civil, vistas como necessárias para atender a demandas sociais urgentes de um país que passava de predominantemente rural para urbano. Nesse contexto, os estudantes reivindicavam uma formação mais condizente com a realidade, no que eram apoiados por alguns docentes, a maioria deles arquitetos, como Artigas, Rino Levi, Hélio Duarte e Abelardo de Souza, responsáveis pela proposta de reestruturação do curso, apresentada em 1957. Defensores da necessidade de criação de um corpo docente próprio, constituído por profissionais do campo, os professores enfatizavam a importância da formação articulada entre arquitetura e urbanismo, além de maior ênfase para o ensino das humanidades, com o direcionamento das questões técnicas para as especificidades da disciplina e sua função social (Vidotto, 2014).

Se o debate marca a formação e atuação da arquiteta, na articulação entre profissão e política e a sua atenção para as questões construtivas e de planejamento, também é possível supor que ela esteja na base da atitude de Artigas de orientar os recém-formados, indicando áreas e lugares de atuação, inclusive docência. Este é o caso de Mayumi Watanabe que, em 1962, já tinha assimilado o sobrenome do marido, o arquiteto e colega da FAU-USP, Sérgio Pereira de Souza Lima. Foi por sugestão de Artigas que o casal se mudou naquele ano para Brasília para iniciar o curso de mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UnB e trabalhar no recém inaugurado Centro de Planejamento da Universidade de Brasília (CEPLAN-UnB - atual Centro de Planejamento Oscar Niemeyer). Como mencionado de início, Artigas era um militante de esquerda, como os pais de Mayumi e o jovem casal, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, como um dos professores mais influentes da FAU-USP naquele momento, era uma referência para pensar as relações entre política e arquitetura (Silva, 2016). Relações estas que eram trabalhadas pelos profissionais comunistas da área no registro da industrialização, do progresso das forças produtivas e da produção em larga escala de equipamentos, habitação e infraestrutura. Vale notar que a aposta do velho mestre era animada pela

intenção de abrir caminho para um ingresso qualificado de arquitetos e arquitetas em meio a exigências ainda do sistema de cátedras da USP (Vidotto, 2014).

A experiência em Brasília, contudo, transformou o casal de maneira imprevista, na medida em que sua perspectiva profissional e política começou a se distanciar da de Artigas. A convivência com outros profissionais através das pesquisas realizadas na UnB e no CEPLAN, juntamente com a participação em reuniões de outros grupos do PCB, possibilitaram o desenvolvimento de um ideal que integrava pesquisa, ensino, atuação profissional e política em bases um pouco diferentes daquelas aprendidas na FAU-USP. O resultado da dissertação de mestrado de Mayumi, orientada por João Filgueiras Lima, o Lelé, foi um projeto habitacional – desenvolvido em conjunto com Sérgio de Souza Lima – destinado aos membros do corpo diplomático do Ministério de Relações Exteriores, composto de quatro superquadras para 10.000 moradores (Fuentes, 2017; Silva, 2017 e 2018).

Em 1963, Mayumi participou do VII Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA), realizado em Havana, como membro da Comissão julgadora do Simpósio de Ensino de Arquitetura. A viagem foi fundamental, segundo Buitoni (2009, p.22), para despertar o interesse pelo tema da infância e da educação, graças à oportunidade de conhecer o sistema público de educação cubana desenvolvido no contexto do processo revolucionário. Nesse mesmo ano, como parte do programa de pós-graduação da UnB, tornou-se professora assistente das disciplinas de Física Aplicada às Construções, Teoria da Arquitetura e Técnica da Edificação, Iluminação e Instalações Elétricas. Sua experiência docente, entretanto, logo começou a sofrer restrições a partir do Golpe Militar de 1964⁵, ao mesmo tempo em que as orientações de projeto da Unidade de Habitação São Miguel deixavam de ser seguidas, em prol da construção apenas parcial do conjunto e da adoção de técnicas tradicionais para o maior emprego de mão de obra, resultado da política de trabalho daquele período de exceção (Silva, 2018).

Tais fatos talvez tenham despertado algo que percebemos não apenas em seus textos sobre educação e arquitetura, mas sobretudo em sua atuação como arquiteta e como docente. Numa união entre teoria e prática, Mayumi defendia a necessidade de um modelo de ensino que não deveria se submeter aos interesses

⁵ Apesar de inicialmente o golpe ter recebido apoio de parte da extrema direita da sociedade civil, como empresários e políticos, optamos por chamar de Golpe Militar, uma vez que os militares deram um golpe nos civis e fizeram com que o presidente João Goulart, legitimamente eleito, fosse forçadamente destituído, resultando na tomada do poder pelos militares.

das classes dominantes. A defesa estava alinhada com a compreensão da educação como um instrumento potente de transformação social, tanto pela democratização do acesso à formação universitária, quanto pelo cultivo de um espírito crítico e propositivo que alinhava a prática profissional à construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, recuperando a experiência na UnB e reconhecendo as resistências à essa aposta, ela refletia:

Não é sem razão que, em 63 a UnB, criada em 61, era discutida na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. [...] A Universidade de Brasília representou uma ideologia incompatível, como conteúdo do modelo econômico, no contexto da dependência, ao mesmo tempo, propunha formas novas, embora claramente não revolucionárias, de ensino universitário que agredia as velhas universidades brasileiras, ainda presas ao elitismo do “saber interessado e neutro”. Portanto, nada há a se estranhar que os setores culturais mais conservadores e os vinculados às grandes empresas, tecnologicamente mais avançadas, se unissem para atacá-la (Lima, 1974, p. 44).

Nesse contexto de ataques à UnB, como outros colegas, Mayumi começou a sofrer perseguições baseadas em sua participação no Congresso da UIA de 1963. Por se tratar de um evento realizado em Cuba, ele acabou despertando a desconfiança das autoridades mais extremistas que construíram listas com os nomes dos participantes de todo o país (Dedecca, 2018). Um dos primeiros documentos com a relação dos participantes foi produzido pelo Comando Naval de Brasília do Ministério da Marinha, em 13 de outubro de 1965, com uma lista repleta de informações erradas, como o nome do evento e os nomes e locais de trabalho de vários profissionais, indicando equivocadamente o nome *Mayudi Guatanade* (sic) na relação de profissionais da Universidade de Porto Alegre (Comissão Nacional da Verdade, 2014 - Fundo SNI).

Sua atuação em Brasília foi interrompida, em 1965, no contexto de intervenção na universidade pelos militares. Apenas nove dias após o golpe, com base no Ato Institucional número 1 (AI-1), o reitor Anísio Teixeira e o vice-reitor Almir de Castro foram demitidos da UnB juntamente com nove docentes, no mesmo dia em que o campus sofreu sua primeira invasão policial em busca de armas e materiais considerados subversivos. Com esse fato, os professores de arquitetura decidiram suspender as aulas em protesto contra as demissões arbitrárias e o que estava acontecendo no campus. Teve início um ano com diversas crises, perseguições e repressão da comunidade universitária que culminou no pedido coletivo de demissão de 223 docentes e assistentes em 18 de outubro de 1965, assinado por Mayumi e Sérgio que passaram a ser monitorados de modo mais sistemático pelo regime. A decisão e contexto de acirramento político na capital leva o casal a retornar para São Paulo.

POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DURANTE O REGIME MILITAR

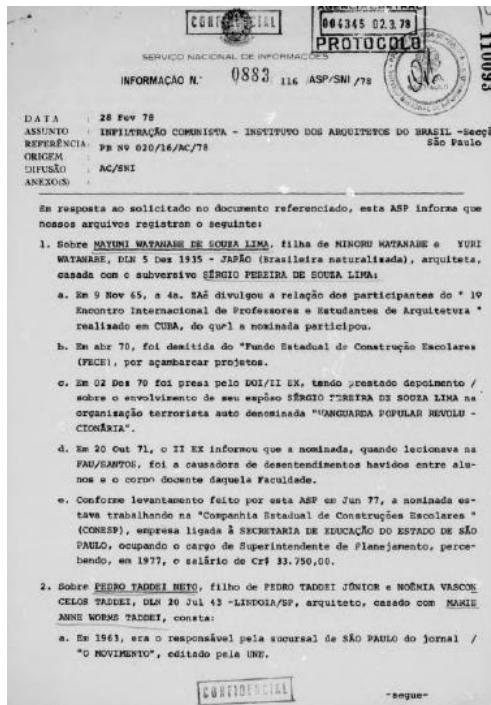
Ao retornar para a capital paulista, em 1965, apesar dos acontecimentos em Brasília e da atenção por ela despertada entre os militares, Mayumi tornou-se Assistente e Diretora Substituta da Diretoria de Planejamento do Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE), órgão que assumia as responsabilidades de construções escolares, instituídas, em 1926, para a antiga Diretoria de Obras Públicas (DOP). A presença de pessoas que se opunham ao regime militar nas autarquias públicas de administração, inclusive aquelas perseguidas e condenadas, como logo seriam Mayumi e Sérgio, era comum e revela redes de relações, proteção e solidariedade, ao mesmo tempo, em que aponta para as disputas internas e as dificuldades de controle total por parte do Estado ditatorial de suas instituições, algo que merece maior atenção e investigação acadêmica.

Tendo atuado no planejamento da rede física de ensino ginásial do Estado e no projeto de algumas unidades escolares em diversas cidades do interior paulista, a arquiteta intensificou seu interesse pelo tema do espaço arquitetônico destinado à educação de crianças e jovens, especializando-se paulatinamente, via pesquisa e prática. Concomitante às atividades no FECE, a arquiteta trabalhou como consultora em diversos órgãos para a educação, como o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM), o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), e o Centro Brasileiro de Construções Escolares (CEBRACE), tendo colaborado, entre 1975 e 1979, em metodologias de planejamento de rede e edifícios escolares de todo o país. Além da gestão e da consultoria a órgãos públicos, Mayumi atuou no assessoramento de empresas privadas de arquitetura, como o Escritório do arquiteto Pedro Paulo de Mello Saraiva, o Escritório Técnico Júlio Neves e o consórcio formado por Croce, Aflalo e Gasperini Arquitetos, Jorge Wilheim e Arnaldo Paoliello (Lima, 1995). Aqui também é interessante observar como ela, a essa altura uma arquiteta cuja filiação partidária e prisão já eram conhecidas, era contratada, inclusive, por arquitetos que não faziam oposição ao Governo Militar. É possível que um companheirismo e proteção profissional se estabelecesse, inclusive via IAB, ao qual Mayumi se filiara de modo ativo. Também aqui, um conjunto de questões sobre essas relações disciplinares e políticas, seus arranjos, limites e tensões merece um olhar mais aprofundado que complexifica as interpretações do período em face dessas informações.

O engajamento em instituições representativas da classe profissional é outro fato que demonstra seu compromisso social e político. Mayumi chegou a liderar uma das chapas para as eleições da diretoria do Departamento São Paulo do IAB, em 1977. Mesmo sendo uma entidade privada e de livre associação, o instituto foi alvo de investigações durante o regime militar e, por ocasião dessas eleições, o Serviço Nacional de Informações (SNI) produziu relatório sobre os líderes das duas chapas concorrentes: Pedro Taddei Neto e Mayumi Watanabe de Souza Lima. A arquiteta, líder da chapa *Construção*, mais uma vez teve fatos da sua vida profissional e política relatados em documentos oficiais, nos quais foram destacados: a participação do Congresso da UIA em Cuba; o pedido de demissão em solidariedade aos colegas da UnB; a prisão em 1970; a atuação como professora da FAU-Santos, momento em que o relatório a chama de “causadora de desentendimentos havidos entre alunos e corpo docente” (Comissão Nacional da Verdade, 2014 - Fundo: SNI); e por fim, o trabalho que desempenhava naquela época na Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP), seu cargo de Superintendente de Planejamento e o valor do seu salário. O líder da outra chapa, o arquiteto Pedro Taddei, que saiu vencedor dessas eleições com apenas quatro votos a mais, também teve fatos da sua vida relatados no documento. Sem mencionar outros membros das duas chapas, o conjunto de documentos elaborado pelo SNI entre 1977 e 1978 tinha como objetivo monitorar possível “intervenção comunista” no IAB.

Não se sabe o quanto esse monitoramento influenciou ou não o resultado das eleições, mas vale reforçar a inserção da arquiteta em órgãos da administração pública, com o conhecimento do Governo Militar, e a sua atuação em grandes escritórios de arquitetura e construção nem sempre alinhados com suas convicções políticas, mesmo depois das perseguições sofridas e da prisão em dezembro de 1970, por razões já consideradas anteriormente, o que aponta a importância de uma investigação mais detida sobre as relações de trabalho, os contextos de contratação e as estratégias para o exercício profissional nesse contexto de controle e restrições das liberdades.

IMAGEM 3 – RELATÓRIO ELABORADO PELO SNI COM O ASSUNTO “INFILTRAÇÃO COMUNISTA – INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL – SEÇÃO SÃO PAULO”



Fonte: Comissão Nacional da Verdade, 2014 - Fundo SNI, 1977-1978.

Antes de tratarmos desse terceiro momento de violência de Estado, vale apontar que paralelamente às atividades de gestão e projeto, Mayumi retomou em São Paulo a prática docente. Primeiro na FAU-Santos, em 1970, onde trabalhou por dois anos, e, depois, entre 1972 e 1974, na FAU em São José dos Campos. Em ambas as instituições, ela ocupou o cargo de Coordenadora do Departamento de Tecnologia, assumindo, em São José dos Campos, o cargo de vice-diretora (Lima, 1995). Próspero (2024) afirma que as duas faculdades recém criadas iniciaram suas atividades como campos de experimentação, onde o grupo de professores, formado por Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre, Sérgio Souza Lima e Mayumi, pôde realizar projetos e debater ideias sobre cidade, arquitetura e política. Em publicação de 1974, Watanabe afirmou:

É no ensino superior, último segmento do atual sistema educacional, que os conflitos e as pressões dos interesses econômicos e políticos aparecem com mais evidência. A população que chega a este nível está pronta a ocupar seu lugar no sistema de produção e por isso mesmo o controle do seu direcionamento tem tanta importância econômica, social e política (Lima, 1974).

Embora essa percepção estivesse presente desde os anos 1960, na FAU-Santos ela encontrou um local próprio para experimentações de práticas de ensino-aprendizagem muito distintas de seus tempos de formação na FAU-USP. Essa mudança tem relação com a passagem por Brasília, o contato com outro projeto político pedagógico, mais próximo de experiências reais, tanto no nível da graduação quanto da pós-graduação; o aprendizado com Lelé e suas reflexões sobre a indústria da construção civil; a visão do canteiro de obras de Brasília e a experiência incompleta, por questões políticas da Unidade de Vizinhança de São Miguel. Contribuiu para ela também, a própria revisão no currículo da FAU-USP, a partir do fórum de 1962 e, sobretudo, do realizado em 1968, no contexto do Governo Militar, do qual participaram ativamente colegas com os quais ela passaria a trabalhar e atuar politicamente de modo mais constante.

Mesmo que a distância, Mayumi teve notícias da cisão a um só tempo acadêmica, profissional e política entre velhos colaboradores, notadamente Artigas, Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império. O cerne da desavença, como já adiantamos, concentrava-se na aposta no desenvolvimento das forças produtivas no contexto militar e na forma de combatê-lo, com Artigas defendendo o caminho profissional, dentro das possibilidades disciplinares e institucionais e ainda a aposta no desenvolvimento das forças produtivas, e os outros três arquitetos insistindo em alternativas mais radicais, via luta armada e o contexto real de produção dentro das disponibilidades técnicas do país como caminho de um desenvolvimento social mais justo e mais imediato (Koury, 1999; Ferro, 2024).

Do ponto de vista didático, a aposta de um grupo de docentes formado pelos arquitetos Mayumi, Sérgio de Souza Lima, Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre e os sociólogos Francisco de Oliveira, Gabriel Bolaffi e Marina de Camargo Heck, foi a de colocar em prática em Santos as propostas não aprovadas no fórum de 1968, ou seja, a afirmação “do papel da arquitetura na alteração das relações de produção” que incluía, “por exemplo, assessoria técnica a favelas” (Ferro, 2024, p. 37). Dessa forma, a partir da vivência e do levantamento das favelas da cidade, os docentes iam discutido em projeto, tecnologia e história as técnicas empregadas pela população na autoconstrução e, com isso, articulando áreas do conhecimento diversas, teoria e prática. A experiência inovadora, contudo, foi brutalmente interrompida, em 1970, com a prisão dos quatro arquitetos. Parte dela, contudo, seria recuperada novamente em 1972, quando Mayumi e Sérgio Souza Lima reencontram Rodrigo Lefèvre e Francisco de Oliveira na reestruturação do curso de São José dos Campos, dessa vez articulando as análises das relações entre urbanização e o capitalismo e o esforço de repensar o lugar da

arquitetura, com as experiências dos ateliês integrados da UnB. Novamente, em função de discordâncias políticas, a proposta foi interrompida, dessa vez pela mantenedora daquela escola privada, em 1974 (Buitoni, 2009; Vidotto, 2014). De todo modo, chama atenção a persistência e a coragem do grupo, enfrentando e resistindo às perseguições e prisões e, ao mesmo tempo, buscando espaços e instâncias para levar adiante os seus projetos naquele contexto repressivo.

PRISÃO E DEPOIMENTOS

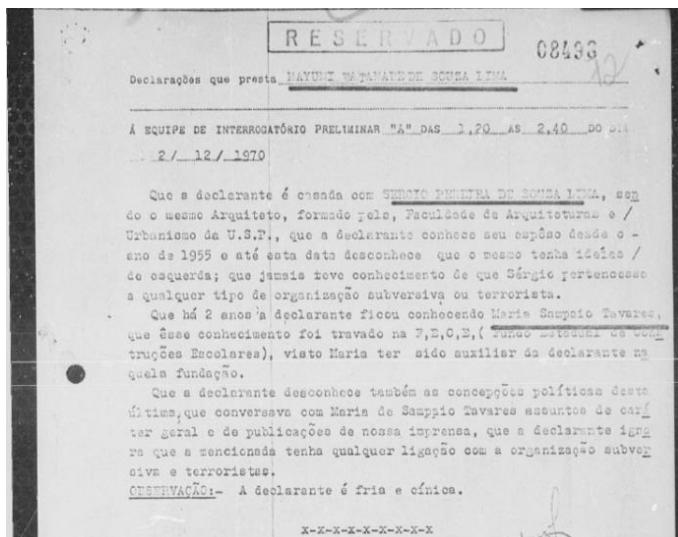
Entre uma e outra experiência, o casal Souza Lima seria preso por seus vínculos com as ações da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização constituída por membros dissidentes do PCB, em 1964. Sérgio de Souza Lima havia se aproximado da luta armada juntamente com os colegas arquitetos Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre, Carlos Heck e Júlio Barone, embora com reservas que no caso de Mayumi seriam mais estabelecidas, conforme documentos disponíveis da época. Seja como for, o fato levou à prisão de ambos nos primeiros dias do mês de dezembro de 1970, detidos em sua residência; juntamente com a arquiteta Maria Sampaio Tavares e seguidos de Carlos Henrique Heck, Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Júlio Barone, presos no dia seguinte. O grupo estava sendo acusado de atuar junto a Carlos Marighela, sendo identificado como o “grupo dos arquitetos”⁶.

As primeiras declarações foram obtidas pelo exército na madrugada do dia dois de dezembro, o horário do interrogatório foi anotado com início às 1h20min e término às 2h40min e ocorria segundo o protocolo comum à época de exasperação das forças psíquicas e físicas. Mayumi iniciou a declaração confirmando que era casada com Sérgio Pereira de Souza Lima, a quem conhecera na FAU-USP em 1955, no entanto, afirmava que até aquele momento desconhecia que o marido teria ideias de esquerda e que ele jamais pertenceu a qualquer tipo de organização subversiva ou terrorista. Quando questionada sobre a outra arquiteta presa na ocasião, Mayumi informou que Maria Tavares era sua auxiliar no FECE e que desconhecia qualquer opinião política da ex-colega de trabalho.

⁶ Em *Virgínia Artigas: histórias de arte e política* (2019, p. 229-233), Rosa Artigas recupera os laços de amizade e proteção estabelecidos, desde os anos 1950, entre a artista, esposa do arquiteto Vilanova Artigas e Marighela, que não se romperam mesmo depois da criação da ALN. Ao contrário. Virgínia e Artigas seguiram abrigando o amigo e companheiro de luta em sua casa em Santo Amaro até o seu assassinato pelo Governo Militar em 1965, mais uma vez apontando a necessidade de modular as dissidências na reconstrução dos relatos históricos desse período.

No final da transcrição desse primeiro depoimento, nota-se uma observação que diz “A declarante é fria e cínica”. O julgamento e outros comentários de mesmo teor foram feitos apenas no depoimento de Mayumi e destacam não apenas as condições em que eram tomadas tais declarações, mas sobretudo a misoginia e o racismo dos oficiais do DOI-Codi/SP, que, apoiando-se em representações corriqueiras dos grupos aos quais pertenciam, procuravam desqualificá-la (Schpun, 2008; Federici, 2017).

IMAGEM 4 – TRANSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE MAYUMI WATANABE NO DIA 02/12/1970
AO DOI-CODI/SP – II EXÉRCITO



Fonte: Comissão Nacional da Verdade, 2014 - Fundo SNI, 1970.

Consta nos registros do DOI do II Exército que foi apreendido na casa de Mayumi e Sérgio vasto material subversivo. Segundo Buitoni, os dois filhos pequenos do casal, Mario (1968) e Silvio (1967), ficaram com os avós durante o período. Mayumi permaneceu presa por cerca de um mês, enquanto Sérgio foi indiciado e ficou no Presídio Tiradentes durante um ano. A arquiteta, como muitas contemporâneas, não falava sobre a prisão e, apesar de sua postura política, não concordava com o caminho da luta armada (Buitoni, 2009, p. 29).

Consta na ficha da primeira declaração feita na prisão: os nomes de seus pais, seu endereço residencial, que trabalhava na empresa Aflalo/Gasperini arquitetos e o endereço do local de trabalho. Os eventos da UIA ocorridos em Cuba no ano de 1963 foram novamente narrados em depoimentos de Lefèvre

e Watanabe, mostrando a fixação do regime em relação à caça aos comunistas. Ela contou, em seu quinto dia preso (05/12/1970), que a participação foi providenciada pelo IAB e pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Em seu depoimento há uma lista com vinte participantes, mas acrescenta que a relação completa dos quarenta arquitetos que foram a Cuba somente pode ser fornecida pelo IAB.

Informações sobre quem era Mayumi Watanabe constam nos depoimentos de Sabatina de Lourdes Gervásio e Waldemar Hermann prestados naquele mesmo dia. A primeira afirmou ter a conhecido entre 1957 e 1958 durante as férias e através de Flávio Império, e o segundo disse que a encontrava na FAU-USP no ano de 1960, enquanto ainda eram estudantes e durante intervalos das aulas, mas que depois dessa época nunca mais voltou a vê-la.

Conforme o conteúdo dos depoimentos do grupo, os interrogatórios tinham o objetivo de obter informações sobre os planos da ALN e quem eram as pessoas envolvidas na associação⁷. As respostas dadas pelos interrogados nem sempre atendiam a essa expectativa, seja por omissão, seja por contenção ou distorção das informações em uma situação tensa, marcada pela tortura, o esforço de sobrevivência e a preocupação em proteger as pessoas. Daí o cuidado com a leitura dos documentos produzidos pelos militares nesse contexto, devendo-se considerar ainda a própria intencionalidade dos mesmos na sua realização. Nesses dias, anota-se nos documentos que Sérgio Ferro reconheceu ser membro da ALN desde 1967 e que foi o responsável por convencer os demais colegas arquitetos a participarem do grupo. Além disso, indica-se que os cinco arquitetos disseram ter participado de duas ações para obter armas e dinamite, o primeiro foi o roubo da Casa de Armas Diana e o segundo foi um assalto à Pedreira Fortaleza em 1968, missão que contou com a participação também de Marina Heck, Pedro Lobo, Dulce Souza Maia e Diógenes Carvalho e foi detalhadamente narrada por Júlio Barone em seu depoimento de 14 de dezembro (Comissão Nacional da Verdade, 2014 - Fundo: SNI).

Outra missão relatada pelo grupo de arquitetos, com o envolvimento de Maria Tavares, foi a de obter mapas da cidade de São Paulo que deveriam ser entregues a Joaquim Câmara Ferreira, outro membro da ALN. Os mapas teriam sido obtidos por Sérgio de Souza Lima e seriam peças gráficas da rede elétrica da

⁷ Os registros aqui descritos são os depoimentos tomados dos envolvidos pelo DOI/CODI II Exército e foram coletados entre os dias 02/12/1970 e 22/12/1970. Tais documentos fazem parte do acervo da Comissão Nacional da Verdade, estão digitalizados e disponíveis para consulta on-line no site do Arquivo Nacional do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

cidade — em alguns depoimentos um deles diz serem mapas oriundos do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), em outra declaração Sérgio Ferro afirmou que eram mapas de livros. Além disso, pouco tempo antes da prisão, o grupo teria dado apoio e hospedagem aos integrantes da luta armada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) Carlos Lamarca e Iara Iavelberg. Iara era amiga de Marina Heck, esposa de Carlos Heck, da época que frequentavam a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP). Após o desmantelamento da VPR, Iavelberg teria pedido ajuda ao grupo através do contato da sua antiga amiga de faculdade, nesses dias eles teriam se organizado e se revezado na acolhida da guerrilha.

Nenhum dos depoimentos trata de qualquer atividade que tivesse recebido a ação direta de Mayumi, apesar de alguns deles afirmarem que ela estava presente em várias reuniões do grupo. Em declaração realizada após a sua liberdade, em janeiro de 1971, ela voltou a afirmar que não participava de manifestações políticas e não se identificava como partidária de esquerda, mas que possuía ideias nacionalistas e por ser instruída tinha liberdade para fazer “críticas aos fatos que considerava errados” (Comissão Nacional da Verdade, 2014 - Fundo: SNI). Nesse dia, ela contou que participou de reuniões do PCB quando ainda residia em Brasília e detalhou aspectos da amizade com Sabatina Gervásio. A amiga e ex-colega do FECE era de interesse do exército pois teria sido uma das pessoas que hospedou Iara Iavelberg a pedido de Sérgio, após Mayumi recusar a hospedagem justificando ter duas crianças e poucas acomodações em casa⁸. Porém, ela alegou que não sabia de quem se tratava e que nem mesmo o marido tinha conhecimento do nome verdadeiro da militante que buscava ajuda, sendo que só foi informada sobre quem realmente era Iara Iavelberg quando foi presa e interrogada no DOI do II Exército. Nesse mesmo depoimento, Watanabe afirmou que não conhecia o envolvimento do marido com organizações de esquerda e que ficou surpresa com essas informações, pois desde que deixaram Brasília eles não tinham mais qualquer envolvimento com o PCB. Às autoridades, ela lamentou a omissão do marido e manifestou que essa havia sido a primeira vez que ele tinha mentido, pois Sérgio sabia que ela jamais aprovaria o seu envolvimento naquelas ações. Por fim, Mayumi colocou-se

⁸ Carlos Heck relatou em 04/12/1970 que a Iara Iavelberg teria ficado quatro dias hospedada na casa do Sérgio Ferro e depois teria sido transferida para a casa da Sabatina Gervásio, que trabalhava junto com Mayumi no FECE. No dia 02/01/1971, já em liberdade, Mayumi passa por outro depoimento, além das mesmas perguntas de sempre (a respeito do tempo na UnB e do congresso de Cuba) ela também foi questionada sobre Sabatina e a relação de Iara com o grupo.

à disposição das autoridades para quaisquer esclarecimentos e reafirmou que não participava de organizações terroristas ou que preconizavam política de esquerda. Nesse momento, Sérgio de Souza Lima ainda se encontrava detido no Presídio Tiradentes enquanto Mayumi lutava por sua liberdade, trabalhava como arquiteta e docente na FAU-Santos e mantinha a casa com duas crianças pequenas.

Ao analisar a documentação dos depoimentos notamos indícios das práticas de tortura física e psicológica instalada nos quartéis. As declarações possuem em seu cabeçalho, além do nome do interrogado, a data e os horários de início e fim da declaração, essas anotações indicam que boa parte dos interrogatórios eram, em geral, realizados de madrugada, levavam mais de uma hora, mesmo que as informações obtidas fossem concisas e pouco detalhadas. Essa prática de violência do estado acabaria fomentando um conjunto de estratégias de proteção e sobrevivência. Apesar de afirmar que não participava diretamente das atividades de guerrilha do marido e dos colegas de trabalho, as convicções políticas da arquiteta demonstram que ela poderia saber mais do que ela admitia em seus depoimentos e agia com uma forma de não expor ninguém. A estratégia de se defender, lamentando as ações do marido, poderia constituir uma forma de preservar sua família, em especial seus filhos, garantir seu trabalho para manter a casa e permanecer em liberdade para lutar pela soltura de seu companheiro e amigos.

ESTRATÉGIAS PARA SEGUIR ADIANTE E A LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO

Os anos após a prisão são dispersos profissionalmente, com a sua atividade didática sendo retomada somente em 1977, quando Mayumi foi nomeada professora na FAU-USP. A vaga de docente estava disponível, seu contrato estava aprovado pelo Conselho do Departamento de Projeto, havia demonstração da verba e o parecer favorável da CONESP devido ao horário flexível e compatível com as atividades na universidade. Contudo, o processo de contratação de Watanabe, assim como de muitos outros colegas, foi indeferido e arquivado pela reitoria da universidade sem qualquer justificativa.

O relatório da Comissão da Verdade da USP demonstra o quanto sua administração estava tomada por agentes que colhiam informações, assessorando a reitoria sobre investigados e suas posições políticas. Com isso, além das cassações ocorridas com a promulgação do AI-5 (1968), que atingiu Jon Andoni Maitrejean, Paulo Mendes da Rocha e João Batista Vilanova Artigas, era comum que pedidos de contratação ou de renovação de contratos fossem negados

e arquivados pelo gabinete do reitor sem explicação (Comissão da Verdade da USP - Volume I, 2018).

Esse tipo de atuação ficou conhecido como “cassação branca”. O termo surgiu da hipótese de que a reitoria deixava de contratar ou até mesmo de renovar a contratação de docentes, apesar da plena conformidade dos pedidos aos parâmetros estabelecidos ou quanto às competências do candidato (Comissão da Verdade da USP - Volume V, 2018, p. 40).

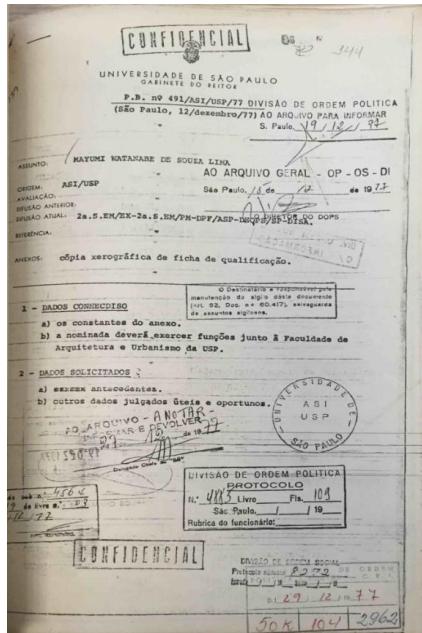
Os arquitetos professores que tiveram sua contratação indeferida por intervenção da reitoria foram: Décio Tozzi, com dois contratos arquivados; Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre — os dois foram presos e condenados por “ameaça à segurança nacional” em 1971 e não puderam retomar atividade docente apesar de terem recebido seus livramentos condicionais; Paulo Cesar Xavier Pereira foi aprovado para exercer função docente em agosto de 1978, mesmo tendo iniciado a atividade com horário de aulas e de atendimento a discentes, sua contratação somente foi regularizada mais de dois anos depois; Carlos Roberto Monteiro de Andrade; Irineu Mangilli Filho e Ricardo Itsuo Ohtake também tiveram seus contratos arquivados na gestão do reitor Orlando Marques de Paiva entre 1977 e 1978.

No caso de Sérgio de Souza Lima, também nomeado docente pela FAU-USP no período e arquiteto vinculado à Empresa Metropolitana da Grande São Paulo (EMPLASA), o arquivamento foi solicitado pela reitoria em 1978. Já no caso de Mayumi, há uma solicitação enviada ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) a partir do gabinete do reitor a fim de obter seus antecedentes e outras informações relevantes. Como já mencionado de início, a docente estava sendo monitorada pelos agentes de segurança desde 1965, quando pediu demissão da UnB em solidariedade aos colegas arbitrariamente demitidos e foi mencionada como uma das participantes do Congresso da UIA em Havana. Na morosidade intencional da burocracia, seis anos depois, em 1983, a direção da FAU-USP pediu vista dos processos de contratação dos dois docentes. Novamente a solicitação foi arquivada pela reitoria em 1984.

Assim, Mayumi ficou impedida de exercer atividade acadêmica por doze anos, de 1975 até 1987, quando, já no processo de redemocratização, começou a lecionar no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) da USP. Na instituição, ela participou da Comissão de Implantação do Curso de Graduação em Arquitetura e ocupou o cargo de coordenadora da Área de Projeto, levando para lá algumas das experiências testadas anos antes na UnB, em Santos e em São José dos Campos. Dessa vez, sem as ameaças advindas do setor privado e militar, Watanabe deu continuidade

à carreira docente na EESC-USP até o seu falecimento em 1994, coordenando-as com outras atividades vinculadas à técnica construtiva, ao planejamento e à gestão, sempre dentro de órgãos públicos.

IMAGEM 5 - SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE MAYUMI WATANABE, EM 1977



Fonte: Comissão da Verdade da USP - Volume V, 2018, p. 63.

Esses fatos revelam que a perseguição sofrida pela arquiteta provocou mais danos para sua carreira docente e do que em outras áreas. A despeito de todas as informações coletadas pelo Estado sobre as ações de Mayumi, não é possível notar consequências diretas no seu trabalho como servidora pública nas repartições pelas quais passou. Já, a atividade docente teve prejuízos por parte do regime, através da demissão das instituições particulares e da "cassação branca" que impediu sua contratação na USP. A diferença parece apontar, de um lado, o reconhecimento por parte da ditadura do poder transformações do ensino — seus investimentos na desestruturação da formação desde o ensino básico até superior são provas disso — de outro o interesse dos militares pela expertise desses profissionais em seu projeto nacional-desenvolvimentista, algo que, como estamos pontuando ao longo do texto, merece ser ainda melhor investigado, embora algumas iniciativas importantes já tenham se realizado (Vidotto 2014; Próspero, 2024).

EXPERIÊNCIAS APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO

No final dos anos 1970 e durante a década de 1980, em concomitância com as atividades no CONESP, Mayumi se consolidou como referência do tema de planejamento para redes escolares e espaços destinados à infância e à educação. Nesse período, ela foi convidada para palestrar em diversos eventos relacionados com o tema, além de publicar textos em revistas, não apenas aquelas destinadas a arquitetos, mas também a profissionais da área de educação, além das publicações realizadas pelas repartições públicas nas quais atuou. Em 1989, publicou pela editora Nobel em formato de livro, um compilado de artigos, resultados da pesquisa na qual se dedicou durante muitos anos.

Seus textos enfatizam uma atitude crítica em relação aos modelos educacionais que desconsideravam realidades locais, em formatos que mantinham uma subordinação da população em relação à classe dominante, decidindo suas necessidades sem ao menos conhecê-las ou ouvi-las. Como oposição a esse modelo, em alguns de seus escritos ela defendeu uma reforma do ensino para que a prática profissional fosse desempenhada com ampla participação coletiva, algo que reconhecia que deveria ser cuidadosamente estudado para que fosse realizada a simplificação de termos, a clareza de linguagem e a correta compreensão mútua entre população e técnicos (Lima, 1995, p. 49).

A arquiteta iniciou o curso de doutorado na Faculdade de Educação da USP em 1988, enquanto era professora colaboradora na EESC-USP. A tese infelizmente não foi finalizada devido ao acidente de automóvel que tirou sua vida, em 1994. No processo de redemocratização ela pôde afirmar seu compromisso político e social participando da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo uma das signatárias do Manifesto dos 113 e, com isso, somada a sua experiência profissional, foi convidada a integrar a primeira gestão petista do município de São Paulo (1989-1992). A então prefeita, Luiza Erundina de Sousa, nomeou Mayumi diretora do Departamento de Edificações (EDIF) ligado à Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura de São Paulo. Nesse cargo, a arquiteta elaborou uma nova política de construção e manutenção dos equipamentos públicos da cidade, foi responsável por 118 obras e criou o Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Coletivos (CEDEC), uma fábrica de elementos pré-moldados em argamassa para melhoramentos de equipamentos sociais da cidade (Buitoni, 2009).

A vida de Mayumi Watanabe de Souza Lima foi marcada pela resistência contra múltiplas formas de repressão, desde os primeiros anos da infância, quando sua família foi obrigada a deixar a terra natal. Para além da violência política, sua condição de mulher oriental adicionou uma outra camada de violência étnico-racial, evidenciada pelas observações que constam nos documentos elaborados pelo Estado ditatorial, que a descreveu como sendo uma mulher “cínica”, “fria” e “causadora de problemas” (Comissão Nacional da Verdade, 2014 - Fundo SNI).

Nas duas últimas décadas, as pesquisas de história da arquitetura e do urbanismo no Brasil têm recuperado trajetórias de mulheres arquitetas que contribuíram para a construção da cultura arquitetônica brasileira. Com isso, Mayumi tornou-se referência para várias redes de apoio feministas, especialmente, aquelas criadas por alunas de graduação dos cursos de arquitetura e urbanismo, como o Coletivo Feminista da FAU-USP que leva seu nome, além do prêmio dado aos melhores Trabalhos de Graduação Integrados do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos. Tais homenagens comprovam sua influência e as marcas que seu trabalho e atuação política deixou para as futuras gerações de arquitetos e arquitetas do Brasil. Retomar a sua trajetória à luz dos impactos de suas opções políticas e das perseguições sofridas durante o regime militar levanta questões importantes que podem fomentar ainda pesquisas sobre a arquitetura, cuja produção, discursos e práticas, reverberam diante dos conflitos políticos e os desafios contemporâneos de formação e atuação da arquitetura e do urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil (2014). Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília.
- Brasil (2014). Acervo da Comissão Nacional da Verdade. *Fundo Serviço Nacional de Informações*.
- Buitoni, C. (2009). *Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para a educação*. [Dissertação Mestrado]. Universidade de São Paulo (FAU-USP).
- Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (2018). *Volume I: A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na Universidade de São Paulo*.
- Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (2018). *Volume V: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo*.
- Dedecca, P. (2018). *Arquitetura e engajamento: o LAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970)*. [Tese Doutorado]. Universidade de São Paulo. doi:10.11606/T.16.2019.tde-10012019-111840
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante.

- Frota, B. B. A. e Sanches, A. C. (2021). Ensino como formação técnica e política para o exercício da função social da Arquitetura: resgate da experiência de Mayumi Watanabe de Souza Lima em São Carlos. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, (19), 1-21. <https://doi.org/10.11606/1984-4506.risco.2021.172777>
- Fuentes, M. A. (2017). *Os Primeiros Mestrados da FAU-UnB: de um passado que não se construiu*. [Tese Doutorado]. Universidade de Brasília (FAU-UnB).
- Geiger, M. (2020). *Arquitetura Escolar Pública Paulista: Companhia de Construções Escolares - CONESP (1976-1987)*. [Tese Doutorado]. Universidade de São Paulo (FAU-USP).
- Koury, A. P. (1999). *Grupo arquitetura nova*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de São Paulo.
- Lima, M. W. S. (1974). Capítulo I. *Revista CJ Arquitetura*, (4)1, 41-48.
- Lima, M. W. S. (1989). *A cidade e a criança*. Editora Nobel.
- Lima, M. W. S. & Lima, S. P. S. (Eds.) (1995). *Arquitetura e Educação*. Studio Nobel.
- Lima, M. W. S. (2002). Escolha de Material Técnico e Sistemas Construtivos Destinados à Produção de Habitação Popular e de Condições de Habitabilidade. *Pós FAU-USP*, (12), 118-130. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v12i0p118-130>
- Prospero, V. P. (2024). *Arquitetura paulista e ditadura militar (1964-1985)*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo. doi:10.11606/T.16.2024.tde-13052024-155606.
- Revista A Construção em São Paulo*. (1993). *Revista Habitat*. (1956).
- Schpun, M. R. (2008) Imigração japonesa no Brasil: cinco gerações em um século. *Studi Emigrazione*, (XLV), 265-286.
- Silva, J. M. C. (2010). *O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon em perspectiva (1930-1960)*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo. DOI: 10.11606/T.16.2010.tde-22062010-140410.
- Silva, J. M. C. (2016). Arquiteto, militante político e professor. In A. C. Barossi. (Ed.), *O edifício da FAU-USP de Vila Nova Artigas. 1 ed.* (pp. 143-146). Editora da Cidade.
- Silva, J. M. C. (2017). Arquitetura e política. In: F. Serapião & C. Otundo. (Eds.), *Mulheres arquitetas. 1 ed* (pp. 86-90). Editora Monolito.
- Silva, J. M. C. (2018). Um canteiro de experimentações: o Ceplan e a Unidade de Vizinhança de São Miguel. In: A. I. Monti, A. M. Rigotti & S. T. Pampinella (Eds.), *Profesionales, expertos y vanguardia: la cultura arquitectónica del Cone Sur: Actas Seminario Internacional. 1 ed.* (pp. 86-92). UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario.
- Silva, J. V.; Amaral, B (2024). Entrevista a Sérgio Ferro. In S. Ferro (Ed.). *O canteiro e o desenho* (pp. 27-44). Dafne.
- Truzzi, O. M. S. (2011). Redes em Processos Migratórios. São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. In A. L. D. Lanna et al. (Ed.), *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades* (19-38). Alameda.
- Vidotto, T. C. (2014). *A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948 - 1962*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual de Campinas. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2014.932394>.